

-----**ATA NÚMERO 12/2014**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM VINTE DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E
CATORZE.**-----

-----Aos vinte dias do mês de março do ano dois mil e catorze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, com a presença da Senhora Vice-Presidente, Dra. Maria Filipa Trindade Jardim Fernandes, e dos Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Dr. Gil da Silva Canha, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Enf. José Edgar Marques da Silva, Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade, Eng. João José Nascimento Rodrigues e Idalina Perestrelo Luis. A secretariar esteve presente a Dra. Filomena Fátima Marcos Pita de Fernandes, diretora do Departamento Jurídico.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Tomando a palavra, a Senhora Vereadora do PSD, Vanda de Jesus, referiu um assunto já anteriormente abordado, relativo a uma pedra de grande porte que se encontra num maciço rochoso, na freguesia de São Gonçalo, e que muita preocupação vem causando à população local.-----

---O Senhor Vereador do Pelouro, Gil Canha, disse ter conhecimento desta situação e que a mesma é um caso referenciado. Esclareceu que a remoção dessa pedra é de difícil execução e com custos significativamente elevados, encontrando-se o assunto ainda em análise.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, a propósito das obras que estão a decorrer no Ribeiro do Vasco Gil, solicitou que a Câmara considerasse como prioritária a intervenção na zona ainda não abrangida pelo saneamento básico, dotando-a desta infraestrutura.-----

---A Senhora Vereadora Idalina Perestrelo referiu que esta questão seria analisada de imediato.-----

----- - De seguida, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, interveio, colocando vários assuntos:-----

--- - Solicitou a atenção da Câmara para o pavimento no logradouro junto à “Rampa do Cidrão”;-----

--- - Pediu a intervenção da Câmara no sentido de serem colocados mais assentos nos abrigos das paragens de autocarros em várias zonas da cidade;-----

---A Senhora Vereadora Idalina Perestrelo esclareceu que, a curto

prazo, irão ser colocados mais assentos nos abrigos, tendo já sido tomadas providências nesse sentido.-----

--- - O Senhor Vereador do CDS/PP prosseguiu referindo que, ao cimo da Rua do Esmeraldo, existe um prédio com um “acrescento”, em madeira. Apelou à intervenção da Câmara, atendendo a que este imóvel se encontra num estado muito avançado de degradação;-----

--- - Chamou a atenção para as pontes que estão a ser edificadas na Ribeira de Santa Luzia e que estão a descaraterizar, por completo, esta mesma ribeira.-----

-----Continuando na sua intervenção, este Vereador deu conhecimento dum conjunto de reivindicações que lhe foram apresentadas pela população da freguesia do Monte, a saber: “Asfaltagem do Caminho do Lombo; Ponte pedonal na Vereda dos Poços; Corte de árvores doentes no Caminho das Tílias; Capela Mortuária; Trânsito na zona histórica da freguesia (principalmente no Largo da Fonte e Caminho do Monte - junto aos Carreiros e Igreja); Posto de informação turística (poderia ser um projeto público e privado); Alargamento do antigo Caminho das Laginhas (o novo, que foi construído, continua sem facilitar a vida aos moradores, que permanecem sem acesso à estrada); Estudar a possibilidade de ligação entre os Lombos e a Corujeira, através do alargamento das escadas da Eira do Lombo (resolvia um problema crónico dos Lombos, que é a existência de um único acesso de entrada e saída, que cria riscos, em caso de emergência e

catástrofes); Estudar a possibilidade de ligação entre o Curral dos Romeiros e Babosas, através do alargamento da Vereda (pedido enorme dos moradores do Curral dos Romeiros); Atuação da Câmara nas áreas do envelhecimento ativo na zona do Livramento (possibilidade de potencializar as instalações paroquiais); Reparação da Levada da Ribeira da Cal, na Corujeira – caminho (por fazer desde o 20 de fevereiro)”.

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, disse ter tomado conhecimento, através dos meios de comunicação social, que a empresa Horários do Funchal irá suprimir algumas frequências de certas carreiras, no final de março. Perguntou se esta decisão tinha sido adotada com o consentimento da Câmara Municipal do Funchal.

---A esta questão, respondeu a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo dizendo que a Câmara não tinha sido ouvida.

-----O Senhor Vereador da CDU referiu, perante esta realidade, que a Câmara deverá manifestar, junto daquela empresa, o seu desagrado pela decisão tomada, solicitando esclarecimentos acerca das razões que motivaram aquela opção.

-----De seguida, este Vereador questionou se a Câmara já tinha analisado o impacto que o recente aumento do preço de água terá junto dos consumidores.

---O Senhor Presidente informou que tinham sido realizadas reuniões com a IGA, mas que, no entanto, a Câmara não tinha sido informada da opção que veio a ser adotada. Adiantou que, neste

momento, os serviços estão a analisar o impacto desta decisão no preço de água praticada pelo Município, sem descurar o atual contexto económico e social que atravessamos e as dificuldades sentidas pelos consumidores.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, apelou para que a Câmara analisasse a situação, algo confusa, que se verifica junto ao Hotel CS Madeira, e que se prende com a localização da placa indicativa da existência de parque público.-----

---O Senhor Vereador Gil Canha informou que este assunto será trazido à próxima reunião para apreciação.-----

-----Seguidamente, o Senhor Vereador Artur Andrade solicitou a atenção do Executivo para o mau estado de conservação em que se encontra a estrada municipal do Vasco Gil.-----

-----Terminando a sua intervenção, questionou se a Câmara tinha definido algum projeto diferente para a Feira do Livro, dado que a mesma não pode ser substituída pelo Festival Literário.-----

---O Senhor Presidente informou que a Feira do Livro realizar-se-á em setembro, coincidente com a abertura do ano letivo, e terá outro formato. Acrescentou que se encontra definido um projeto para esta feira que se desenvolverá à volta do autor e da sua obra, com especial destaque para os autores madeirenses. Referiu ainda que a mesma será realizada apenas com recursos próprios, sendo os custos, obviamente, inferiores aos dos anos transatos.-----

----- - O Senhor Vereador Edgar Silva, tomando a palavra, deu

conhecimento da reunião que tivera, recentemente, na freguesia de Santa Maria Maior, na qual tinha sido abordado o problema da toxicodependência e da venda das drogas livres (fertilizantes, etc.), que continuam a ser comercializadas a preços muito acessíveis.----

---Disse que, perante esta realidade, a Câmara fará um diagnóstico, o mais urgente possível, após o que serão definidas as medidas a implementar com vista ao combate deste grave problema social.-----

----- - O Senhor Vereador Gil Canha referiu, depois, que na ata número dez (10), da reunião ocorrida no passado dia seis de março, constataria que havia um documento apresentado pelo PSD, muito embora o mesmo não tenha sido sujeito a apreciação e discussão naquela reunião.-----

---O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, esclareceu que o documento fora entregue à Senhora Vice-Presidente, tendo a sua inclusão, naquela reunião, sido solicitada com base nas normas regimentais e que a própria Senhora Vice-Presidente não fez qualquer referência e guardou simplesmente para ser inserido na próxima reunião.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---O Senhor Presidente deu conhecimento dos assuntos que constam da Ordem do Dia, propondo, ao abrigo do estatuído no artigo 11º do Regimento das Reuniões, a inclusão de mais três assuntos, constatada a urgência de tomada de deliberação sobre os mesmos.-----

NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA LOCAL PARA A IGUALDADE: -

Presente proposta de deliberação, apresentada pelo Senhor Presidente, do seguinte teor-----

---“Considerando que: I) Nos termos da alínea h) do artigo 9º, e do número 2 do artigo 13º, da Constituição da República Portuguesa, a promoção da igualdade entre homens e mulheres constitui tarefa fundamental do Estado e que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, do sexo; II) A Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, estabelece que “para conseguir a instauração de uma sociedade baseada na igualdade, é fundamental que as coletividades locais e regionais integrem plenamente a dimensão do género nas suas políticas, organização e práticas”, e que “no mundo de hoje e de amanhã, uma verdadeira igualdade das mulheres e dos homens constitui, sem dúvida, a chave do nosso sucesso económico e social – não somente a nível europeu ou nacional mas igualmente nas nossas regiões, nas nossas cidades, nos nossos municípios”; III) A mesma Carta Europeia sublinha também que “as autoridades locais e regionais, que são as esferas de governança mais próximas da população, representam os meios de intervenção melhor colocados para combater a persistência e a reprodução das desigualdades e para promover uma sociedade verdadeiramente igualitária”, podendo, “no seu campo de competência, e em cooperação com o conjunto dos atores locais,

empreender ações concretas visando a igualdade entre mulheres e homens”; IV) Na sequência do protocolo que será outorgado no dia de amanhã, 21 de março de 2014, entre o Município do Funchal e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, impõe-se a designação de um Conselheiro Local para a Igualdade, de forma a tornar exequível as medidas a que este município se propõe implementar; V) A pessoa a nomear deverá ser detentora de curriculum relevante para desempenhar essas funções, destacando-se, nomeadamente, pela sua especial sensibilidade, experiência e trabalho desenvolvido na defesa da igualdade entre homens e mulheres, enquanto pessoas com igualdade de direitos; VI) A cidadã Guida Maria Vieira Martins é detentora destas qualidades pelo seu percurso de luta e defesa dos direitos das mulheres e sua emancipação, nas várias vertentes, destacando-se o trabalho desenvolvido na área sindical, em especial a sua caminhada pela defesa das trabalhadoras e trabalhadores e minorias, promovendo e desenvolvendo ações de grande interesse no âmbito da temática da igualdade e não discriminação, em prol da construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal do Funchal, ao abrigo da competência plasmada na alínea mm) do n.º 1, artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibere designar como Conselheira Local para a Igualdade, Guida Maria Vieira Martins.”-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse que apresentará, futuramente, uma proposta com vista à Criação dum Conselho Municipal para a Igualdade do Género que, em sua opinião, é o instrumento adequado à prossecução das atribuições municipais neste âmbito.-----

---No que concerne à proposta apresentada referiu não reconhecer particulares qualidades à pessoa designada, pelo que não participará na votação.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, solicitou que lhe fosse esclarecido quais as funções que a Conselheira Local a designar, desempenhará.-----

---O Senhor Presidente informou que a Conselheira Local fará a ligação entre o Município do Funchal e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Assegurará a “consultoria na definição de medidas com vista à integração de uma perspetiva da igualdade de género das políticas correntes da autarquia, bem como acompanhar e dinamizar a implementação das medidas previstas no Plano Municipal para a Igualdade”.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com abstenção do PSD e votos favoráveis do CDS/PP e Mudança, não tendo participado o Senhor Vereador da CDU.-----

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA – Garantias Escritas: - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas que abaixo se transcrevem:-----

---“O Município do Funchal apresentou uma candidatura à medida 2.5 do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PRODERAM), cujo regulamento foi aprovado pela Portaria n.º 31/2009, de 13 de março, à qual foi atribuído n.º de operação 030000000000003717 – **Florestação de terras não agrícolas**. Nos termos das condições previstas no art.º 56 do Regulamento (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, pode ser concedido um adiantamento de 50% da ajuda pública relativa ao valor do investimento aprovado. O pagamento do adiantamento está sujeito à constituição de uma garantia escrita do Município, equivalente à percentagem escrita de 110%, comprometendo-se o beneficiário a pagar o contratante coberto pela garantia se não provar o direito ao montante adiantado. Face ao exposto propomos que seja solicitado um adiantamento de 50% de ajuda pública relativa ao valor dos investimentos aceites, aprovando para o efeito a respetiva minuta de garantia escrita que consta em anexo. Mais propomos conceder poderes à Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal para celebrar e outorgar a respetiva garantia escrita”.----

---“O Município do Funchal apresentou uma candidatura à medida 2.8 do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PRODERAM), cujo regulamento foi aprovado pela Portaria n.º 31/2009, de 13 de março, à qual foi atribuído n.º de operação 030000000000003718 – **Promoção do valor ambiente da floresta** – investimentos não produtivos. Nos termos das condições previstas no art.º 56 do Regulamento (CE) n.º

1974/2006, de 15 de dezembro, pode ser concedido um adiantamento de 50% da ajuda pública relativa ao valor do investimento aprovado. O pagamento do adiantamento está sujeito à constituição de uma garantia escrita do Município, equivalente à percentagem escrita de 110%, comprometendo-se o beneficiário a pagar o contratante coberto pela garantia se não provar o direito ao montante adiantado. Face ao exposto propomos que seja solicitado um adiantamento de 50% de ajuda pública relativa ao valor dos investimentos aceites, aprovando para o efeito a respetiva minuta de garantia escrita que consta em anexo. Mais propomos conceder poderes à Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal para celebrar e outorgar a respetiva garantia escrita”.-----

1 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:-----

----- - **Atribuição de subsídios a diversas entidades para o ano de 2014:** - Presente proposta de deliberação, do seguinte teor:-----

---“Considerando que, conforme o estatuído na alínea u) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constituem incumbências das câmaras municipais apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças; Considerando que nos termos da alínea o), da mesma lei, compete igualmente à câmara municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à

execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; Considerando que as pessoas coletivas que constam no documento que constitui o Anexo I à presente deliberação, prosseguem escopos e atividades de reconhecido e relevante interesse municipal nos domínios supra referenciados. Ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição, para o ano de 2014, dos apoios financeiros constantes do Anexo I. A atribuição dos apoios financeiros tem em consideração o plano de atividades apresentado por cada uma das entidades, bem como o serviço público prestado ao Concelho do Funchal, em cada uma das áreas em que as referidas entidades se inserem. As verbas atribuídas pela presente deliberação têm cabimento na rubrica 04.07.01”.-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse que, da análise do documento, verifica que há uma diminuição significativa dos subsídios atribuídos, bem como de áreas que não foram contempladas com quaisquer verbas. Constata que há um desinvestimento preocupante na recuperação e reabilitação das habitações nas zonas altas da cidade, apoio essencial e que em muito contribui para a dignidade da pessoa humana. Este desinvestimento não poderá ser colmatado com os programas alternativos que a Câmara está a implementar. Referiu discordar da opção de desocupar a ADECOM do espaço que lhe estava afeto no edifício da Câmara, bem como da diminuição do

apoio que vinha sendo dado a esta Associação e também à ASA, Associações que desenvolvem um trabalho com muito mérito.-----

---Verifica, também, com satisfação, a manutenção de alguns subsídios, nomeadamente aquele que é atribuído aos bombeiros voluntários, bem como a manutenção de outros que vinham a ser atribuídos em vereações anteriores e que correspondem a situações de discriminação positiva, atendendo ao trabalho meritório que essas associações efetuam.-----

---Intervindo o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, disse não questionar as associações que constam da lista, questiona sim o não apoio a duas associações, a ASA e a ADECOM, que têm desenvolvido trabalhos em prol da população, ao longo de mais de uma década e essencialmente à população mais desfavorecida. “Só quem não conhece o trabalho que estas associações têm desenvolvido é que pode optar por não apoiar. A associação ADECOM existe desde 1998 e tem contribuído para uma melhor qualidade de vida de muitas famílias, ajudando na reabilitação de moradias que não possuíam o mínimo de condições, cooperando também para uma melhoria significativa da própria paisagem. O conhecimento e a experiência que adquiriram ao longo do tempo é uma mais-valia, que agora não se aproveita. Não posso deixar de referir que nos últimos anos a sua colaboração foi fundamental, como no “20 de fevereiro” e posteriormente nos incêndios que ocorreram, todo o trabalho e empenho que demonstraram no terreno, apoiando todos os que necessitavam”, acrescentou.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, referiu que há um aumento significativo dos subsídios na área desportiva, em detrimento da área social. Concorda com o que foi referido pelo Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, no que concerne à possibilidade de continuidade de serem concedidos apoios sociais por via de algumas associações já existentes.-----

---A Senhora Vice-Presidente, Filipa Jardim Fernandes, disse não concordar que haja diminuição do apoio, por parte deste executivo, na área social, pois existem outras verbas orçamentadas para este fim e que serão distribuídas ao abrigo de outros projetos e programas que a Câmara está a implementar.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, afirmou que, muito embora as associações ASA e ADECOM tenham sido instrumentos políticos para o PSD, a verdade é que estas associações também tiveram uma ação positiva e relevante, e que, face à diminuição do apoio a estas associações, sugeria que a Câmara adotasse novas formas alternativas de manter o apoio social às populações que vinha sendo assegurado pela ASA e pela ADECOM.-----

---O Senhor Presidente usou da palavra, dizendo que é necessário distinguir duas situações completamente diferentes: uma é o apoio financeiro que a Câmara está a conceder a diversas associações, que atuam em diferentes áreas sociais e que solicitaram esse mesmo apoio; outra situação é o investimento, em termos orçamentais, definido pela Câmara.-----

---O apoio, que a Câmara está a conceder a estas associações, tem como critério a mais-valia que cada associação representa para a cidade do Funchal, impondo que se privilegie determinadas atividades em detrimento de outras.-----

---“É claro que a preocupação social representa uma prioridade para esta Câmara e demonstramos essa realidade com os novos programas que estamos a implementar, de que são exemplo “A Câmara à Porta”, “Comparticipação nos Medicamentos” e “Criação do Fundo Social de Emergência”, a par dos outros meios de apoio que estão a ser equacionados”, referiu.-----

---Terminou dizendo que o apoio social terá continuidade, mas não será concedido através dos mesmos meios e nos mesmos termos do passado.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos contra do PSD, abstenção do CDS/PP e CDU, e votos favoráveis da “Mudança”. O referido documento (I) fica a fazer parte desta ata como anexo (A).-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “Embora se concorde com a grande maioria dos subsídios que estão atribuídos e que correspondem à manutenção de políticas desenvolvidas por vereações anteriores, preocupa-nos acima de tudo as omissões que este documento revela, nomeadamente em relação às associações que desenvolvem o seu trabalho nas chamadas Zonas Altas do Funchal, sendo o reflexo das opções estratégicas tomadas por esta Câmara, com as quais não concordamos, e que por essa mesma

razão este documento não pode merecer o voto favorável do PSD”.--

-----**Declaração de Voto do CDS/PP:** “Não estão em causa os apoios, mas sim as opções tomadas em termos de apoio”.-----

-----**Declaração de Voto da CDU:** “A CDU concorda com a atribuição dos subsídios às associações, suscitando-lhe dúvidas o critério de distribuição desses mesmos subsídios, e a preocupação de a Câmara não ter operacionalizado outro tipo de instrumentos para responder aos problemas sociais que se colocam às populações das zonas altas”.-----

--- - Foi decidido inverter a ordem de trabalhos, passando de imediato a serem apreciados os assuntos constantes do ponto 3.---

---Foi solicitada a presença do Senhor Dr. Carlos Jardim, Administrador Único da Empresa Local “Frente MarFunchal – Gestão e Exploração de Espaços Públicos e de Estacionamentos Públicos Urbanos do Funchal, E.M.”, para prestar os esclarecimentos necessários, em relação aos pontos agendados, que abaixo se seguem:-----

3 – EMPRESAS MUNICIPAIS:-----

----- - **Minuta do Contrato de Gestão a celebrar entre o Município do Funchal e o Administrador Único da “Frente MarFunchal. E.M.:** - Foi colocada à discussão a minuta do contrato de gestão em epígrafe referenciada, que se junta, por fotocópia, à presente ata, dela fazendo parte como anexo (B).-----

---O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, fez a seguinte apreciação: “O documento é pouco ambicioso, quer quanto ao

objetivo do número de bandeiras azuis, atendendo a que, no passado, todos os espaços balneares, sob a tutela do Município, tiveram bandeira azul, quer quanto à redução do passivo da empresa em 15%, pois este objetivo também fora atingido no passado”.-----

---O Senhor Administrador da “Frente MarFunchal” esclareceu que existiam condicionantes externas à vontade da autarquia, que impediam a atribuição da bandeira azul, de que é exemplo a situação das praias da “Doca do Cavacas” e da “Barreirinha”.-----

---O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, questionou se já se encontrava definido algum prazo para a passagem da exploração dos parques de estacionamento para a empresa “Frente MarFunchal”.-----

---Relativamente à questão colocada, a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo informou que não havia definição de prazo, pois o assunto ainda estava a ser analisado.-----

---Por sua vez, o Senhor Vereador do CDS/PP, referiu que a Madeira tem um clima ótimo, propiciador da possibilidade de termos os complexos balneares em boas condições de funcionamento ao longo de todo o ano, realidade que deveria ser tida em conta. Apelou para uma maior dinamização do passeio público.-----

---Terminando, perguntou o que pensava a Câmara fazer em relação à Praia Formosa.-----

---A Senhora Vereadora Idalina Perestrelo informou que, na

próxima sexta-feira, haverá uma reunião com os proprietários dos imóveis, de cuja abordagem dará posteriormente conhecimento.----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse que, no que concerne às concessões dos bares das praias, gostaria de sugerir que, aquando dos procedimentos concursais, fosse tida em conta a sazonalidade e que as rendas, nos meses de inverno, fossem diferenciadas das dos meses de verão. Esta é uma reivindicação de muitos dos concessionários e que contribuiria para a diminuição de algumas insolvências.-----

--- - Posta à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- - Em cumprimento do disposto no artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, foram presentes para acompanhamento e controlo pelo Executivo os seguintes documentos, apresentados pela empresa “Frente MarFunchal – Gestão e Exploração de Espaços Públicos e de Estacionamentos Públicos Urbanos do Funchal, E.M”:

---**Plano de Atividades para dois mil e catorze;**-----

---**Orçamento para dois mil e catorze;**-----

---**Tabela de Tarifas para dois mil e catorze;**-----

--- - Em sede de apreciação foram prestados pelo Senhor Administrador da empresa “Frente MarFunchal, E.M”, os esclarecimentos solicitados pela Vereação, ficando os respetivos documentos, por fotocópia, arquivados em pasta própria.-----

2 – MERCADOS MUNICIPAIS:-----

----- - **Associação Alzheimer Portugal – Utilização do Mercado dos Lavradores**: - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido formulado pela Associação Alzheimer Portugal (procº 8614/14), para a utilização do Mercado dos Lavradores com isenção do pagamento de taxas, destinado a um jantar de angariação de fundos da Associação, no dia vinte e um do próximo mês de junho.-----

4 – PARQUE ECOLÓGICO:-----

----- - **Acordo de revogação do contrato de concessão do Parque Aventura no Parque Ecológico do Funchal – aprovação da minuta do contrato**: - Foi aprovada, por unanimidade, a minuta do contrato referida em epígrafe, a celebrar com a Sociedade “Naturking, Animação Turística, Lda.”, ficando a mesma, por fotocópia, a fazer parte desta ata, como anexo (C).-----

5 – JUNTAS DE FREGUESIA:-----

----- - **Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de São Roque - empréstimo de uma viatura de carga**: - Foi aprovada, por unanimidade, a seguinte deliberação:-----
“Considerando que: A Freguesia de São Roque, localizada nas zonas altas do Concelho do Funchal, dispõe de uma rede de acessibilidades constituída por veredas e caminhos, alguns dos quais localizados em zonas de declive acentuado e particularmente sensíveis às alterações climáticas e, por isso, carecem de permanente reparação, manutenção e limpeza; O executivo autárquico pretende manter em boas condições ambientais e de

circulação as referidas infraestruturas; Para tal, é imprescindível, assegurar os meios que permitam o transporte de materiais destinados à reparação e manutenção que se mostrem necessárias, bem como, à recolha e transporte a vazadouro de sobranes e resíduos resultantes dessas intervenções; A Freguesia de São Roque não possui capacidade financeira que lhe permita adquirir um meio de transporte com as características técnicas adequadas à execução das referidas tarefas; É competência das câmaras municipais deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, competência consagrada na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013, de 12 de setembro; A Câmara Municipal do Funchal delibera: I - Apoiar a Junta de Freguesia de São Roque com o empréstimo de uma viatura ligeira de carga nos termos definidos em protocolo; II – Aprovar a minuta do protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de São Roque”.---
---(Os assuntos constantes dos pontos seis (6) e sete (7) da Ordem de Trabalhos (Cultura e Criatividade e Propostas da Vereação, foram retirados e adiados para a próxima reunião).-----
ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----
De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretora do Departamento Jurídico, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

NOTA: Ata publicitada pelo Edital nº 59/2014, publicada nos locais de estilo